



A população local e a percepção dos impactos dos assentamentos rurais

José Ambrósio Ferreira Neto¹
Diego Neves de Sousa²
Poliana Oliveira Cardoso³
Cleiton Silva Ferreira Milagres⁴

Resumo

Este estudo objetivou analisar os impactos do processo de criação de projetos de assentamentos rurais na dinâmica da região Noroeste de Minas Gerais, sob a ótica da população local. Para isso, metodologicamente, foram selecionados 8 municípios com distintas dinâmicas econômicas e demográficas e foram realizadas 74 entrevistas semi-estruturadas a informantes considerados de maior contato com a realidade dos assentamentos. Entre os impactos percebidos e valorizados pela população urbana, tendem a atribuir aos assentamentos rurais uma melhoria na dinâmica econômica, e ainda numa significativa contribuição deles na demanda do comércio local. Assim, a pesquisa possibilitou uma visão diferenciada do processo de reforma agrária, à medida que analisou seus impactos sob a perspectiva da população urbana e não de seus beneficiários diretos como tem mostrado as diversas literaturas sobre a questão e, também,

Recebimento: 19/08/2010 • Aceite: 04/03/2011

¹ Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Viçosa, Brasil

² Mestre em Extensão Rural (UFV), Gestor de Cooperativas, Analista de Transferência de Tecnologia da Embrapa Pesca e Aquicultura - Palmas/TO. End: 103 Sul, Av. JK ACSO 1 - Conjunto 1 Lote 17 1º piso

Palmas, TO – Brasil. E-mail: diegocoop@hotmail.com

³ Gestora de Cooperativas, Mestranda em Extensão Rural (UFV).

⁴ Gestor de Cooperativas, Mestre em Extensão Rural (UFV).

permitiu uma melhor avaliação de como a sociedade, como um todo, percebe o processo de implantação desta política pública.

Palavras-chave: assentamentos rurais; população local; dinâmica econômica

Local people and the perception of the impacts of rural settlements

Abstract

This study analyzes the impacts of the process of creating projects of rural settlements in the Northwest region of Minas Gerais, from the perspective of local people. For that, methodologically, was selected eight countries with different economic and demographic dynamics and 74 were semi-structured interviews the respondents considered that they had greater contact with the reality of the rural settlements. Among the impacts perceived and valued by urban populations tend to be allocated to rural settlements in an improvement in economic dynamics, and in a significant contribution in their local market demand. Thus, the research provided a different perspective on the land reform process, as discussed impacts from the perspective of the urban population and not from its direct beneficiaries as shown by the various literatures on the issue, and also allowed a better assessment of how society as a whole, perceive the process of implementing this public policy.

Keywords: rural settlements; local people; economic dynamic

Introdução

O propósito deste estudo foi compreender a dinâmica do processo organizacional de implementação dos assentamentos rurais no Noroeste de Minas Gerais e, para isso, foram analisados os impactos sociais e econômicos em alguns municípios da região, especialmente naqueles onde o número de assentamentos é bastante significativo como Paracatu, Unaí, João Pinheiro, Arinos, Buritis etc, bem como naqueles que tiveram o processo de criação associado à dinâmica da luta pela reforma agrária e onde a maioria da população rural reside nesses projetos, como em Natalândia, Brasilândia de Minas e Riachinho.

Dessa forma, este artigo aborda o tema da reforma agrária, principalmente sob a ótica da população local acerca dos impactos da política de criação de Projetos de Assentamentos Rurais no Noroeste Mineiro. Com a efervescente discussão sobre direitos sociais na sociedade brasileira, a reforma agrária é um tema que tem substancial destaque, sobretudo, pela maneira como tem ocorrido a sua implementação. O processo de criação dos Assentamentos Rurais, como resultado da política de reforma agrária, tem causado impactos positivos nos municípios onde se inserem, podendo contribuir para o fortalecimento da dinâmica econômica e social nessas regiões. A criação dos assentamentos rurais influencia o contexto local e/ou regional no qual estão inseridos, uma vez que passa a haver intervenção do Governo Federal através do programa de reforma agrária, com disponibilização de linhas de crédito que contemplam os assentados, fornecendo recursos para a construção de habitações e fomento da produção nos assentamentos, que dinamizam a economia local e regional.

Além disso, é importante considerar os impactos na dinâmica demográfica, uma vez que os assentamentos atraem, para a área rural dos municípios, pessoas advindas das mais diferentes regiões. Dessa forma, constitui-se um novo cenário com uma dinâmica social e econômica própria e que, continuamente, demanda ações do poder público nas suas diferentes esferas. Este fato é explicado graças aos recursos aplicados pelo poder público e pelo aumento da demanda dos assentamentos, e pela transformação política e ideológica na sociedade local que passa a se relacionar com esses novos atores sociais das mais variadas maneiras. Ou seja, atores sociais antes marginalizados e sem voz e atuação na comunidade, passam, pela organização social e política entorno da luta pela terra, a ter uma presença mais efetiva nos diversos setores da sociedade local.

Nos procedimentos metodológicos foi realizada uma pesquisa de campo. Nela foram realizadas entrevistas com informantes-chave nos municípios analisados, como forma de compreender, no plano municipal, as relações sociais, econômicas e políticas que se desenvolvem ao longo do processo de luta pela terra e na constituição e operacionalização os assentamentos rurais. Na definição dos informantes para realização das entrevistas, buscou-se identificar pessoas que tivessem maior contato com a realidade dos assentamentos, para isso foram definidos três grupos de informantes considerados importantes na formação de opinião nos municípios analisados: São eles:

a) ocupantes de cargos públicos: diretores e supervisores escolares, funcionários da prefeitura municipal, técnicos do serviço público de extensão rural, vereadores etc.;

b) pessoas vinculadas seja às formas de organização social e de construção das relações de sociabilidade nas comunidades: religiosos, dirigentes sindicais, representantes de associações comunitárias;

c) pessoas vinculadas ao comércio local: proprietários e empregados de estabelecimentos comerciais, principalmente casas de materiais de construção, produtos agroveterinários e postos de gasolina, por possuírem um contato mais direto com a rotina comercial dos assentamentos.

Como se disse anteriormente, optou-se por entrevistar o maior número possível de informantes, conseguindo um total de 74 entrevistas, que possuem contato nas mais diversas atividades presentes no dia-a-dia dos assentados.

Revisão de Literatura

A partir das últimas décadas do século XX, o cotidiano da sociedade brasileira foi marcado, direta ou indiretamente, pelos impactos e/ou imagens dos conflitos envolvendo grupos de trabalhadores rurais excluídos do processo de desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, do processo de construção da cidadania no país. Dentre esses conflitos, os oriundos das disputas por terra receberam maior atenção, quer seja pela eficiente organização dos movimentos de defesa da reforma agrária em todo o país, quer seja pela repercussão da violência que se abateu no campo no decorrer das lutas. Tais conflitos se intensificaram devido à expulsão dos pequenos produtores de suas terras, em consequência da expansão da fronteira agrícola, da implantação de grandes empresas rurais de

reflorestamento e pela construção de grandes usinas hidrelétricas por empresas estatais, principalmente a partir de meados da década de 1960. O reforço do caráter mercantil da terra, derivado do processo de modernização da agricultura brasileira, implicou na ampliação da fronteira agrícola, tendo como decorrência, a expulsão de grande parte dos trabalhadores rurais do campo e a ampliação do êxodo rural.

Nessa nova conjuntura, o poder público passou a atuar nas áreas de conflitos, adotando medidas emergenciais para reduzir as tensões sociais. Essas medidas se basearam na desapropriação de latifúndio improdutivo para projetos de assentamento no intuito de dar resposta à opinião pública, e também atender aos anseios dos trabalhadores rurais. É através dessas medidas que, a partir da década de 1980, se intensifica em todo o Brasil o processo de implementação de assentamentos rurais, tema central deste artigo.

A reconstituição histórica acerca da reforma agrária e a tentativa de entender a implementação de assentamentos rurais no Brasil requerem uma volta ao passado, mais especificamente a partir da década de 1950, época em que se intensificaram os conflitos entre trabalhadores rurais (assalariados, arrendatários, meeiros, parceiros e posseiros) e grandes proprietários de terra.

Essa reconstituição envolve vários fatores, dentre os quais podemos destacar: o avanço do capitalismo no campo, o êxodo rural, as lutas dos camponeses contra a expropriação de suas terras, a luta dos trabalhadores rurais assalariados, o surgimento de sindicatos de trabalhadores rurais, as políticas públicas, entre outros.

Para uma melhor compreensão dos processos sociais que perpassam a luta pela reforma agrária, deve-se ter como preocupação central a articulação dos elementos conjunturais e estruturais que envolvem a questão. Vale destacar que essa contextualização não deve se restringir apenas à análise dos conflitos entre trabalhadores rurais sem-terra e latifundiários, o que se deve considerar também toda política geral do país em diferentes contextos e conjunturas. Um estudo unilateral, sobre a dinâmica dos assentamentos rurais no país, que não leve em conta as redes de relações que envolvem esse objeto, bem como suas discontinuidades e contradições, certamente não cumprirá sua tarefa de análise e interpretação da realidade.

Com essa preocupação, Grzybowski (1991) analisa os conflitos entre os trabalhadores rurais sem-terra e latifundiários, enfatizando que o impacto dessas lutas é tão forte que exige o resgate de um enfoque em que os movimentos sociais são vistos no interior de contradições de classes. Ou seja, a análise da luta pela reforma agrária

e do processo de implementação dos assentamentos rurais no Brasil se remete à articulação entre os efeitos perversos de uma estrutura fundiária altamente concentrada, e um modelo de modernização fundamentado na grande propriedade, com elementos conjunturais vinculados à construção da democracia no país e emergência dos chamados Novos Movimentos Sociais⁵. Por outro lado, passados 20 anos da implementação dos primeiros assentamentos no âmbito da Nova República e do I PNRA – Plano Nacional de reforma agrária, os assentamentos rurais se tornaram uma realidade concreta, com grandes impactos na organização social, política, econômica e ambiental da sociedade brasileira.

Sendo assim, a dinâmica de ocupação de um território tem grande possibilidade de determinar a consolidação da estrutura fundiária do mesmo, bem como determinar também, o tipo de relação de produção e de trabalho. Ferreira Neto (1999) ressalta que a história de ocupação das terras do Noroeste de Minas, a partir do século XVI, revela a estrutura fundiária e a origem das lutas sociais na região. O processo de ocupação nesta região foi marcado por dois fluxos de migração: um vindo do norte, representado por meio de vaqueiros que conduziam o gado e aos poucos foram se estabelecendo na área; e outro, vindo do sul, formado por bandeirantes paulistas. O Rio São Francisco e seus afluentes também tiveram grande influência na ocupação e exploração da região, pois faziam a integração do noroeste mineiro com os grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia (FERREIRA NETO, 2001).

Nessa perspectiva, percebe-se que os municípios foram sendo constituídos entre as grandes fazendas e desenvolveram-se reproduzindo características e relações políticas, econômicas e sociais que estão relacionadas com o latifúndio, grandes áreas destinadas à pecuária extensiva.

A existência de grande quantidade de terras inexploradas nesta região permitiu que estes primeiros habitantes ocupassem grandes extensões de terra, constituindo grandes fazendas de criação de gado. Mata-Machado (1991) ressalta que o fundamental para a compreensão da história da realidade agrária do noroeste mineiro foi a presença do

⁵ RICCI (1999, p.142), destaca que, os novos movimentos sociais do início da década de 80 questionavam as formas inerentes às organizações políticas tradicionais, criticando sua centralidade e pretensa representação, que impedia a criatividade social. Segundo esse autor a crise de representação seria, portanto, elemento constitutivo da emergência dos novos movimentos sociais que, pela negação da ordem institucional e a criação de uma nova identidade para esses atores.

grande fazendeiro. A sociedade era formada por proprietários de grandes fazendas, vaqueiros, camaradas e agregados com predominância do sistema de agrego. Esse autor explica que muitas famílias de proprietários rurais derivam de vaqueiros enriquecidos e que por motivos diversos, o comércio ou a política possibilitou realizar fortuna em gado. As cidades foram crescendo e reproduzindo características e relações políticas, sociais e econômicas que estão relacionadas com o latifúndio, o coronelismo e o clientelismo.

Atualmente a região possui 23 municípios que se caracterizam pela baixa densidade demográfica, grande dimensão territorial e uma economia marcada fortemente pelo setor primário. É também caracterizada por uma polaridade que coloca em campos opostos os municípios mais antigos e aqueles criados recentemente.

Em vista disso, este estudo pretendeu analisar a percepção da população local face aos impactos gerados no processo de criação de projetos de assentamentos rurais na dinâmica socioeconômica dos municípios localizados na região Noroeste de Minas Gerais.

Resultados e discussão

Ao analisarmos, nesta pesquisa, tanto os impactos do processo de criação de assentamentos rurais na dinâmica socioeconômica da região Noroeste de Minas Gerais, foram consideradas as alterações econômicas, sociais e políticas nos municípios pesquisados, num contexto em que predominam dinâmicas econômicas distintas e uma agricultura intensiva e moderna. Assim sendo, o Noroeste mineiro se caracteriza por possuir uma estrutura fundiária e de distribuição de renda altamente concentradas, como se verifica também no Índice de Gini. Nesse contexto, os assentamentos rurais assumem especial importância por se constituírem em instrumentos tanto de desconcentração fundiária, quanto de geração de ocupação e renda.

No que pesem as críticas com relação à forma como os projetos vêm sendo implantados, denotando certa falta de planejamento e organização por parte do poder público, em especial o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, os assentamentos rurais são percebidos pela população urbana como extremamente relevantes para o desenvolvimento dos municípios e da região Noroestes como um todo. Essa importância se explicita no aumento da oferta de produtos como milho, arroz, verduras, frutas, farinha de mandioca, frangos, carne de boi e de porco, produzidos em alguns municípios quase que exclusivamente pelos assentamentos. Tal perspectiva é fundamental não apenas pelo seu aspecto prático que é

a oferta de produtos no mercado local, mas também por evidenciar a percepção de que as famílias nos assentamentos rurais conseguiram ultrapassar a condição de produção de valores de uso, destinados exclusivamente ao auto-consumo, para se constituírem, de modo efetivo, em produtores de valores de troca, isto é, produtores de excedentes comercializáveis.

Por outro lado, os entrevistados, em todos os municípios pesquisados, afirmaram também a relação dos assentamentos como instrumentos geradores de demanda no comércio local. Considera-se então o papel da reforma agrária na formação não apenas de novos produtores agrícolas, mas também de novos consumidores. A condição de assentado da reforma agrária possibilita ao trabalhador superar a condição de mero vendedor de força de trabalho, assumindo o papel de produtor e de vendedor de produtos, de consumidor de insumos e de uma ampla diversidade de produtos em virtude de seu acesso a maior volume de renda monetária. Isto fortalece o comércio local, em especial, as casas de materiais de construção, principais beneficiárias da utilização do Crédito Habitação, e as casas de produtos agroveterinários, para onde os assentados destinam grande parte do Crédito Investimento e do PRONAF A.

A importância dos assentamentos é, nesse contexto, inversamente proporcional ao tamanho e à heterogeneidade da estrutura econômica dos municípios. Ou seja, em municípios menores como Riachinho, Bonfinópolis de Minas e Arinos a importância dos assentamentos é proporcionalmente maior do que em Paracatu, João Pinheiro ou Unaí que possuem uma economia mais diversificada e mais dinâmica. Por outro lado, percebe-se que também nesses municípios mais desenvolvidos e dinâmicos economicamente os assentamentos rurais e os recursos a eles associados têm impacto efetivo, como é o caso de Unaí, principal município da região e onde os créditos da reforma agrária superam as receitas provenientes do FMP - Fundo de Participação dos Municípios e do ICMS Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Numa perspectiva complementar à importância atribuída aos créditos concedidos pelo governo federal aos assentamentos, como sendo importantes para a economia dos municípios e da região, alguns entrevistados ressaltaram que são esses projetos que dão visibilidade política e social para os municípios. Os entrevistados vinculados ao poder público municipal, apesar de reconhecerem esta influência, argumentam que os projetos também geram demandas de serviços públicos, principalmente na educação e saúde que, muitas

vezes, não são possíveis de atender em prazos mais curtos, o que provoca descontentamento por parte dos assentados. Além disso, essa maior demanda por serviços públicos no setor urbano, quando provocada por uma população que não originária do município, como é o caso dos assentamentos que recebem pessoas de outras regiões, provoca descontentamento dos residentes locais que sentem uma piora nos serviços que já demandam.

Outro fato ressaltado refere-se ao fato de que nos diversos municípios analisados os assentamentos rurais constituem-se na única, ou na principal, alternativa de trabalho e de garantia de reprodução social para os trabalhadores rurais. A dinâmica econômica da agricultura regional, apesar de importante economicamente, pela sua grande capacidade produtiva e de geração de divisas inclusive pela exportação de grãos, é marcada pela contrição do processo de modernização capitalista da agricultura. Nesse sentido, a agricultura regional, apesar da alta capacidade produtiva e dinamismo econômico, dadas suas características intensivas e mecanizadas, é incapaz de gerar postos de trabalho, produzindo um processo perverso onde a concentração de terra possibilita a concentração de renda. Desse modo, resta aos trabalhadores a opção da luta pela reforma agrária como forma de, pelo acesso à terra, terem acesso a trabalho, a renda e a moradia, ou seja de condições de reprodução social dignas.

O impacto dos assentamentos também é percebido na construção de novas formas de sociabilidade e de integração econômica. No caso da CAPUL- Cooperativa Agropecuária Unai Ltda, criada antes do processo de implantação dos assentamentos rurais no município, ela representava os interesses econômicos do patronato rural, vinculado à produção leiteira. Ou seja, a cooperativa expressava a organização dos grandes produtores e, em tese, a contraposição à reforma agrária. Com o passar do tempo e a ampliação da importância produtiva da produção de leite nos assentamentos, a CAPUL assume um novo papel no desenvolvimento econômico do município e da região, de modo que atualmente cerca de 40% de sua produção diária de leite vem dos assentamentos rurais. Numa perspectiva semelhante, mas em sentido inverso, é importante citar o caso da COOPERFRUTA - Cooperativa Agrícola de Fruta D'Anta, em João Pinheiro. Criada inicialmente para organizar a produção agropecuária das 220 famílias assentadas no PA Fruta D'Anta, a COOPERFRUTA atua atualmente como uma central de recebimento e processamento do leite produzido em diversos assentamentos do município e da região. Além disso, esta cooperativa recebe e processa

também o leite de outros produtores que não têm relação com os assentamentos e que optaram pelo ingresso na cooperativa devido às melhores condições de preço e de serviços oferecidos.

Hoje na CAPUL há maior abertura de espaço para a agricultura familiar da reforma agrária em uma instituição criada pelo patronato rural. Já a COOPERFRUTA, o patronato rural busca o seu espaço numa cooperativa da reforma agrária. Nos dois casos percebe-se a possibilidade de integração de uma economia eficiente e produtiva entre setores considerados politicamente como antagônicos e contraditórios.

No que se referem à sociabilidade e organização social, os assentados são percebidos pela população urbana como sendo mais bem organizados e contestadores, o que se reflete na boa participação que têm no dia-a-dia das comunidades. Da mesma forma, as diretoras e supervisoras percebem os estudantes provenientes dos assentamentos como sendo mais “rebeldes” e agitados que os estudantes residentes na área urbana. Essa maior agitação, na opinião das entrevistadas, seria decorrente das experiências vividas no processo da luta pela terra, mas não interfere no rendimento escolar desses jovens.

A falta de infra-estrutura nos projetos é ressaltada por diversos entrevistados, principalmente aqueles vinculados ao poder público municipal e à EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. As deficiências de infra-estrutura, principalmente estradas, água e energia, são apontadas como entraves para a melhoria nas condições de produção agropecuária nos assentamentos, e conseqüentemente, a ampliação da participação dos projetos no desenvolvimento econômico dos municípios. Além dos problemas de infra-estrutura, os entrevistados apontam também a falta de assistência técnica nos projetos como fator que impede uma maior produção agropecuária e geração de renda. Numa perspectiva semelhante, os entrevistados percebem a necessidade de políticas votadas para os jovens nos assentamentos, evidenciando um processo de esvaziamento dos projetos como já ocorre com as unidades familiares de produção. O fortalecimento da estrutura produtiva com a criação de alternativas de agregação de valor e agroindústrias são apontados como forma de manter os jovens nos projetos.

Enfim, a pesquisa revelou que os assentamentos rurais cumprem um papel fundamental na dinamização da economia dos municípios onde estão localizados. Revelou também que esse impacto positivo não está limitado aos municípios pequenos e com economia

estagnada, sendo percebido também nos municípios maiores e com um setor econômico mais dinâmico e diversificado como é o caso dos municípios de Unaí, Paracatu e João Pinheiro. Na verdade, a dimensão dos impactos na economia local será determinada principalmente pela quantidade de assentamentos e de famílias assentadas existentes nos municípios. O número de famílias assentadas condiciona o volume de crédito a ser aplicado em cada município bem como o volume de demanda de produtos e serviços que vai ser gerado no comércio local.

Considerações finais

A pesquisa permitiu inferir que os assentamentos rurais contribuem positivamente para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios onde estão implantados em virtude do aumento da demanda de produtos e serviços e, também, devido à oferta de produtos agropecuários provenientes dos assentamentos rurais, além do fortalecimento do comércio local graças aos créditos e financiamentos do governo federal concedidos aos projetos.

Esta influência positiva não está limitada apenas aos municípios pequenos ou com uma economia estagnada, mas é também percebida nos maiores com um setor econômico dinâmico e diversificado. Para a população urbana a dinamização econômica dos municípios está associada à quantidade de projetos e de famílias assentadas nestes, refletindo, dessa forma, em maior impacto na economia local.

A avaliação geral é que os habitantes das cidades não apenas percebem, mas também valorizam os assentamentos rurais como vetores do desenvolvimento socioeconômico local e regional, configurando, assim, numa avaliação positiva dos projetos. Por outro lado, em poucas situações os assentamentos são criticados pelo aumento de demandas ao setor público e por serem focos de contestação e enfrentamento.

Desse modo, a pesquisa possibilitou uma visão diferenciada do processo de reforma agrária à medida que analisou seus impactos sob a perspectiva da população urbana e não de seus beneficiários diretos como tem mostrado as diversas literaturas sobre a questão e, também, permitiu uma melhor avaliação de como a sociedade, como um todo, percebe o processo de implantação desta política pública.

Referências

FERREIRA NETO, J. A. Indivíduos e ação coletiva: a mediação da FETAEMG na luta pela terra em Minas Gerais. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1999.

FERREIRA NETO, J. A., Os Impactos Regionais da Reforma Agrária: um estudo a partir de áreas selecionadas – Entorno do Distrito Federal (MG e GO), Brasília: MDA/NEAD, Relatório de Pesquisa, 2001.

GRZYBOWSKI, C. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. 3ª edição. Petrópolis: vozes, 1991. 90p.

MATA-MACHADO, M. B. N. História do sertão noroeste de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

RICCI, R Terra de Ninguém: Representação sindical rural no Brasil. Campinas: Ed.Unicamp, 1999.